



Segundo a associação que os representa, a maior parte dos agricultores da Madeira, principalmente na zona norte da ilha, estão com idades acima dos 60 anos.

10.793

pessoas trabalhavam na agricultura na Região

6.587

dos trabalhadores eram do sexo masculino

5.869

do total dos trabalhadores tinham 55 ou mais anos

* segundo o Anuário Estatístico da DREM de 2018 e tendo por referência o ano de 2016

tores que nunca parou — até porque a agricultura está sistematicamente em movimento — houve áreas que sofreram grandes perdas, como a agropecuária e a floricultura. Com hotéis e restaurantes fechados, muitos produtores sentiram dificuldades em escoar os seus produtos.

João Ferreira recorda, por exemplo, que as empresas que tinham leitões para venda tiveram grandes quebras, bem como aquelas que comercializam gado bovino.

“Não se pode dizer que a agricultura não foi afetada com a pandemia. Foi afetada com maior ou menor incidência consoante os setores”, adianta o responsável, lembrando, por isso, que os produtores — sobretudo da área da floricultura e pecuária — precisavam de uma linha de crédito que não fosse exclusivamente para pagar os adiantamentos da União Europeia.

“Instituir uma linha para pagar os apoios que a União Europeia dá é fantástico, mas o que os agricultores precisam é de uma linha de crédito que permita todos aqueles que estiveram e estão em situações difíceis, poderem se candidatar e ir buscar verbas para poderem colmatar a parte financeira das suas explorações”.

Governo fala em reforço de 1,8 ME

Questionado acerca dos apoios dados pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o gabinete de Humberto Vasconcelos lembra que o setor da pecuária houve, devido à pandemia, um reforço nos apoios, no valor de 1,8 milhões de euros, quer para o abate de bovinos, frangos e suínos, bem como à sua aquisição e manutenção da atividade.

Em relação à floricultura, a tutela recorda que, na pandemia, foram canalizados a fundo perdido 120 milhões de euros para este setor.

"O tecido empresarial agrícola está envelhecido"

Por **Lúcia M. Silva**
Lucia.silva@jm-madeira.pt

O presidente da Associação dos Agricultores da Madeira não tem dúvidas: “O tecido empresarial agrícola está envelhecido”.

João Ferreira refere que “a maior parte dos agricultores, principalmente na zona norte, nomeadamente nos concelhos da Calheta e Santana, são agricultores que já estão com idades acima dos 60 anos. Automaticamente vão abandonando a agricultura porque já não têm capacidade para dar continuidade a esse trabalho”.

O responsável revela que há muita desistência de agricultores motivada pela idade excessiva e por já não poderem trabalhar a terra e que os jovens não estão motivados para esse trabalho.

Mesmo assim, adianta, não podemos dizer que a produção baixou na Região porque surgiram agricultores que se lançaram nas estufas. Como as estufas representam uma produção superior à agricultura cultivada ao ar livre, estas acabam por suprir a falta de determinados produtos no mercado, mas também a falta de agricultores que trabalham os terrenos.

Relativamente aos apoios, sobretudo os que chegam da União Eu-

ropeia, João Ferreira diz que estes “servem bem os agricultores”, mas espera que no próximo quadro comunitário haja “algumas retificações ao nível dos apoios”.

O presidente entende que é preciso “agilizar” a maneira dos agricultores fazerem as candidaturas e “aligeirar” os pagamentos. Crítico à forma de como os pagamentos são feitos, João Ferreira recorda que “na altura em que os pagamentos eram feitos mediante a entrega da fatura, isso permitia que os agricultores se lançassem a projetos porque não tinham tanta necessidade de recorrer à banca”, ou seja, “não o faziam porque bastava terem um fundo de maneiço para irem fazendo as pequenas despesas”.

Já as grandes despesas, explica, eram feitas de outra forma. “A empresa passava a respetiva fatura, esta era entregue no IFAP que, por sua vez, adiantava o dinheiro sobre essa fatura e o agricultor fazia o pagamento.”

“Isto facilitava imenso os agricultores que não tinham capacidade de irem à banca buscar dinheiro”, reconhece o responsável.

Neste momento, esclarece, “o que acontece é que só mediante o pagamento é que se dá o reembolso, o que significa que o agricultor tem de ter o capital para pagar para depois ser

HÁ MUITOS AGRICULTORES A DEIXAREM A TERRA. OS MOTIVOS PRENDEN-SE COM O PESO DA IDADE. NO NORTE DA ILHA, SOBRETUDO NOS CONCELHOS DA CALHETA E SANTANA, A MAIORIA DOS AGRICULTORES TEM MAIS DE 60 ANOS.

reembolsado”.

Falta de plano estratégico

Outra das críticas feitas por João Ferreira no que respeita ao setor primário na Região é a falta de um plano estratégico a médio e longo prazo para a agricultura.

“É uma coisa fundamental para o período que atravessamos neste momento”, afirma, acrescentando que também “é importante não esquecer “que, neste momento, já vão

decorrendo as negociações com vista à elaboração do Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) e o futuro programa de desenvolvimento rural (PRODERAM).

Acreditado que esses programas serão implementados no próximo quadro comunitário 2021-2027, João Ferreira sustenta que a implementação desses programas “deverá ser o mais rápido possível” porque “os agricultores vão precisar se quiserem continuar a fazer candidaturas terão de ter estes programas o mais rapidamente em funcionamento”.

Além disso, refere, “o ideal seria que o Governo Regional conseguisse mais verbas, principalmente para o POSEI, que é o programa e apoio direto para os agricultores e que é aquele que é dado mediante a faturação das suas vendas”. O representante dos agricultores diz que, no presente, este programa não tem verba suficiente para atender ao aumento de produção que houve, desde a altura em que foi instituído, até ao momento atual.

“Convinha, a todo o custo, que fosse aumentada essa verba”, sugere João Ferreira.

Críticas à linha de crédito

Nesta pandemia, e apesar de o setor primário ter sido um dos poucos se-

FOTO: JOANA SOUSA